

57ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito – CMTT

Data: **22.10.2021** (terça-feira)

Horário: **9h às 12h** (online)

Participantes:

Conselheiros | Órgãos Municipais

1. Alexandre Francisco Trunkl – Secretário Adjunto – SMT
2. Andre Luis Gonçalves Pina - SMDU
3. Andrea Compri - SPTrans
4. Carlos Alberto S. Codesseira - CET
5. Carlos Eduardo G. de Vasconcellos – SVMA
6. Christina Maria M. Borges – SPTrans
7. Cristina Maria Soja – CET
8. Fábio de Castro Pacini – CET
9. Luciana Delbem - CET
10. Luciana Durand Garda – SETRAM
11. Manoel Messias Crispim Santos - SPTrans
12. Maria Teresa Diniz – Secretária Executiva do CMTT – SMT
13. Myrna Melo - SMPED
14. Rosilda M.V Domingues - SPTrans

Conselheiros | Temáticos, Regionais e Operadores do Transporte

1. Adauto Bentivegna Filho – SETCESP
2. Ana Carolina F. Jarrouge – SETECESP
3. Carlos Alberto Fernandes R. de Souza – SPUrbanuss
4. Carolina Guimarães M. Silva – Meio Ambiente e Saúde
5. Fernando Miguel Zingler – SETCESP
6. Francisco Armando N. Christovam – SPUrbanuss
7. Ligia Miranda de Oliveira – ONG
8. Mauro Sérgio P. Calliari – Mobilidade a Pé
9. Paulo Reis – Regional Oeste
10. Rafael Drummond – Regional Centro
11. Reginaldo Pereira dos Santos – Regional Leste
12. Sandra Ramalho – Pessoas com Deficiência

Total | Conselheiros = **26**

Total | Observadores (sociedade civil organizada, secretarias e empresas) = **22**

Total Geral = **48**

Maria Teresa – Inicia a 57ª reunião do CMTT cumprimentando a todos e passa a palavra para o Secretário adjunto Alexandre Trunkl, que hoje está como suplente representando a presidência do CMTT.

Secretário Adjunto Alexandre Trunkl - cumprimenta todos e agradece em nome do Secretário de Mobilidade e Trânsito, Ricardo Teixeira, e em seu nome abre a reunião.

Maria Teresa – Obrigada Trunkl. Bom dia, lerei a pauta para dar início e reunião. Como primeiro ponto temos a aprovação da Ata da 56ª reunião ordinária que foi enviada por e-mail. Assuntos: Programa de Metas, balanço das ações da SMT, pauta sobre a Revisão do Plano Diretor (que está em andamento a respeito do tema da mobilidade) e FUNDURB: recursos destinados à mobilidade. Temos um informe antes de dar início, vou pedir a inversão da pauta para dar mais fluidez à reunião, os itens 2 e 4 serão apresentados pelo Diego (da Assessoria Técnica da SMT) e para otimizar nosso tempo, iremos condensar esses dois itens na mesma apresentação. **Primeiro Informe:** ontem recebemos uma mensagem do Rafael Drummond, questionando a indicação do CMTT para o CMPU (Conselho Municipal de Política Urbana) que teve eleição agora começando o novo mandato do biênio 2021/23; pergunta como poderíamos proceder no caso das indicações do CMTT para este conselho. Entramos em contato com o CMPU e como eles sabem que as nossas eleições serão no ano que vem 2022 – (conforme discutimos na reunião anterior), então fica mantida a representação que está agora: sendo a Sandra titular e o Irineu como suplente. Quando ocorrer a nova composição do CMTT faremos a nova composição para o CMPU. **Outro informe** é sobre um item de pauta da reunião anterior a respeito do acidente de trânsito com ônibus ocasionando uma morte, nos já recebemos os resultados do pedido de representação que foi formulado pelo Deputado Estadual Carlos Giannasi e pelo Vereador Celso Luis Giannasi em face da municipalidade e da SPTrans. O Ministério Público indeferiu essa representação, nós vamos colocar em Ata esse documento para que vocês possam ter acesso e ler, faz parte do SEI 2900010095501202123. Vou mandar para que todos tenham ciência e ler um trecho (Item 7). Isto foi em Setembro, depois da nossa última reunião; é um fato novo. **Obs.: o documento será disponibilizado.**

- O ministério público conclui: *“Não há razão para instauração de inquérito civil, as reclamadas apresentaram esclarecimentos satisfatórios a respeito dos fatos aqui apurados, comprovando documentalmente suas alegações, viram os autos de forma que o acidente decorreu de um mau funcionamento do sistema em razão da existência de um parafuso que impedia o pleno funcionamento do sistema de bloqueio de portas; não há evidências de omissão da empresa de verificar o bom funcionamento do sistema de bloqueio das portas.”* 16/09/2021.

- *“Com exceção do acidente elencado pelos reclamantes, para dar início ao presente expediente, não foi juntado qualquer notícia concreta de outro evento similar a apontar que se tratam de fatos recorrentes; neste aspecto, ressalto que instado a fazê-lo, os reclamantes silenciaram. Aplicável ao caso a súmula 68 do Conselho Superior do Ministério Público: é hipótese de indeferimento de representação a notícia de fatos desacompanhados de quaisquer documentos pertinentes a sua comprovação ou ao menos a indicação de suficientes meios de prova para tanto quando desde logo não se vislumbraram meios para apuração dos fatos. Anoto outrossim, que não há evidências de omissão da empresa em fiscalizar o bom funcionamento do sistema de bloqueio de portas; ao contrário, há notícias de*

que ela adota procedimentos corriqueiros de verificação dos veículos colocados à disposição dos usuários. Observo por fim, conforme já ressaltado, que não bastasse a ausência de evidências mínimas de fatos atos a ensejarem a adoção de providências para tutela coletiva dos interessados dos consumidores, usuários do transporte coletivo municipal de passageiros, tomou-se a cautela de ouvir-se a representada. Certo é que não surgiu qualquer razão para justificar o início de investigação. Ante o exposto indefiro a representação ofertada. Dezesseis de setembro de 2021, Luiz Ambra Neto, da 21ª promotoria de justiça da capital”.

Maria Teresa – Em função deste documento (parecer jurídico), gostaria de dizer como secretária executiva do CMTT que a forma como esta questão foi conduzida na reunião anterior não é aceitável e que nós, como Secretaria, não vamos aceitar esse tipo de conduta. Lembramos do nosso Regimento Interno, do respeito com os funcionários públicos, e também do código penal artigo 331 “*desacatar funcionários públicos no exercício de função ou em razão dela é crime funcional*”. Vamos passar para o primeiro ponto de pauta, que é a aprovação da ata, esse mês tivemos a reunião uma semana antes, então vocês receberam essa ata com prazo curto, gostaria de perguntar se vocês tiveram tempo hábil de ler ou se gostariam de ter mais uma semana caso entendam necessário.

Cristina – eu gostaria de pedir mais alguns dias.

Maria Teresa – Obrigada Cristina, então vamos combinar que as pessoas enviem até dia 29/10/21 seus comentários, daremos esse prazo adicional para recebê-los e se não houver acréscimo, consideraremos a ata aprovada para ser publicada no site. Mais alguém quer falar sobre a ata? Ok, próximo ponto de Pauta Item 2: Programa de Metas, balanço das ações. Peço que Diego compartilhe sua tela.

Diego – observações: apresentou o monitoramento do Programa de Metas 2021-24. **Obs.: a apresentação será disponibilizada.**

Maria Teresa – agradece e abre para inscrições de fala com controle de tempo e avisa também que deixou no chat o link com informações da audiência pública sobre a expansão da malha cicloviária – serão apresentados 48 km completando os primeiros 150 km da meta de 300 km. Há informações para quem quiser ver o mapa, link da audiência pública que será semana que vem. E para quem quiser saber mais sobre o FUNDURB, as metas de todas as secretarias, e como o recurso é utilizado, lembrando que as reuniões do FUNDURB podem ser acompanhadas, maiores informações podem ser trazidas por eles.

Eu vou falar a ordem de inscrições e abrir a tela pra controle do tempo de fala, primeiro Aduino, depois a Carolina Guimarães, Rafael Drummond e Mauro Calliari. Aduino por favor.

Aduino – saúda todos participantes questiona sobre a meta 39 – “*uma questão referente ao transporte de mercadorias por veículo de passeio, gostaria de saber como o CMTT vai se inserir nesse trabalho*”; e como representante do seguimento de transportes de carga na cidade de São Paulo gostaria de participar deste debate e contribuir nesse trabalho.

Diego – basicamente acho que ele esta perguntando sobre a regulamentação do motofrete? Não sei se dentro do grupo de trabalho que existe, se tem participação do conselho.

Maria Teresa – é sobre isso Aduino? Sobre as OTEs?

Adauto – não é sobre o motofrete, até por que o setor de motofrete está bem representado no nosso conselho, é sobre o transporte de mercadorias por aplicativo, pode ser que esteja na mesma comissão, mas no nosso caso seria o transporte por aplicativo de carga – não de pessoas. Não ficou claro – para mim como o CMTT se insere neste trabalho, ou se é só uma prestação de contas e isso vai ficar específico com a SPTRANS.

Maria Teresa – vou explicar o que temos de concreto sobre o assunto. Foi solicitado pelo gabinete do prefeito que montássemos um grupo de trabalho para estudar a regulamentação de OTES – (são as operadoras de tecnologia de entrega, são entregas que podem ser feitas por moto ou bicicleta com regras específicas para cada caso). Esse grupo foi montado e é um grupo intersecretarial. Nós convidamos membros da câmara de motocicleta e de bicicleta para participarem das discussões conosco a respeito dos critérios e dos trabalhos. O grupo foi coordenado pela Dra. Luciana Durand, esse grupo concluiu seus trabalhos com relatório e uma minuta de decreto para que possamos regulamentar. Esse documento foi encaminhado para o gabinete do prefeito que está analisando. Ainda não temos um retorno, imagino que a procuradoria deva se envolver e assim que esse retorno vier avisaremos. Dra. Luciana, gostaria de complementar?

Dra. Luciana Duran – só lembrando que ouvimos outros membros da sociedade civil além dos indicados, houve também a manifestação do sindicato e tudo isso fez parte do nosso processo e da análise das conclusões que encaminhamos para Secretaria de Governo e gabinete do prefeito. Estamos aguardando e assim que tivermos algo concreto iremos apresentar.

Maria Teresa - se a senhora permitir Dra. Luciana, podemos compartilhar com eles o mesmo material que compartilhamos com os membros das câmaras temáticas, há uma apresentação (histórico dos estudos que fizemos). **Obs.: a apresentação será disponibilizada.**

Carolina Guimarães – agradece o Conselho por acatar a pauta, acho importante e sei que também é importante para secretaria trabalhar com apresentação do Programa de Metas. Queria trazer alguns pontos: infelizmente perdemos a plataforma Planeja Sampa onde conseguíamos ver com transparência e visibilidade onde estávamos no processo, eu agradeço demais o Diego, é uma super apresentação, mas a gente dependeu muito dele para entender isso. Eu gostaria de saber se daqui pra frente, como vocês mesmo disseram que a apresentação vai ser recorrente aqui no CMTT, se a gente poderia ter uma tabela para entendermos onde está cada processo por exemplo; o processo está na licitação/contratação? Isso para entendermos se estamos avançando e se vamos cumprir essa meta, porque é muito difícil entender e olhar isso. Na outra gestão havia na plataforma Planeja Sampa a disponibilização dos PDFs atualizados das análises qualitativa e não quantitativa e dessa forma sabíamos como havia avançado a cada seis meses, isso pra entendermos como avançamos e se estamos cumprindo as metas.

Na próxima apresentação é muito importante comparar o que foi apresentado agora com o que vai ser apresentado para gente entender e realmente chegar no cumprimento de metas, porque estamos falando do Plano de Segurança viária e em 2028 a gente tem que chegar em 3 habitantes por 100 mil habitantes mortos no máximo, isso pra entendermos como as ações estão impactando as metas finais. É importante que a gente tenha isso em mente, e eu gostaria de pedir essa transparência, já que São Paulo esta concorrendo ao prêmio de

transparência. Também gostaria de saber o que foi executado em 2021 do FUNDURB, e sobre o tema do ônibus elétrico existe uma carta aberta que a Coalizão Respirar enviou para a cidade de São Paulo e infelizmente o COMFROTA não tem reuniões desde abril de 2021 e tem pouca transparência sobre estes planos de frota dos ônibus elétricos. Gostaria de marcar esse ponto aqui e depois conversar com vocês mais a fundo porque tem toda uma coalizão incidindo sobre isso para melhorarmos a qualidade do ar. São esses três pontos. Por favor, principalmente sobre a execução do FUNDURB para 2022, pois o problema não é financiamento e sim executar esse orçamento por “n” razões.

Diego - Posso responder Maria Teresa? Vamos por parte Carolina, primeiro em relação ao monitoramento do programa de Metas, existe um trabalho coordenado pela Secretaria de Governo que faz a gestão e no momento eles estão começando a organizar como vai se dar o monitoramento junto a todas Secretarias, e dentro desta organização do monitoramento interno imagino que um segundo passo seja tratar da divulgação para sociedade o qual já estava sendo feito. O que nós fizemos internamente na SMT foi nos adiantarmos nesse processo que já seria organizado e padronizado pela Secretaria de Governo até para já conseguirmos andar com nossos projetos de Janeiro até Outubro; nos organizamos para poder dar prosseguimento enquanto aguardamos o procedimento da Secretaria de Governo. Em relação ao que você disse sobre mostrar a execução num comparativo com balanço anterior, a gente tem feito isso nas câmaras temáticas (pois já fizemos mais de uma reunião). Como aqui foi a primeira reunião salvo engano, a gente não tinha apresentado ainda no CMTT, só nas câmaras, então por isso que não fizemos esse comparativo, mas a ideia quando tivermos uma próxima reunião é deixar uma coluna com esse balanço de hoje para poder comparar com o que evoluiu. A outra pergunta em relação à execução do FUNDURB, nós ainda não executamos grande parte dessa previsão de 2021 pois tivemos grandes questões de judicialização de licitações que acabaram atrasando as licitações que já havíamos iniciado. Basicamente, desses valores que eu apresentei em relação a ciclovias, executamos um valor bem pequeno de setecentos mil reais que é para o pagamento de algumas obras que foram iniciadas no ano passado/2020 e finalizadas neste ano/2021. Em relação ao contrato da SPTrans de requalificação de paradas de ônibus, aí sim tivemos uma execução maior, desses 12,9 milhões eles estão praticamente todos comprometidos já nesse contrato, e vamos liquidar grande parte disto, talvez tudo até o final do ano. Sobre os demais itens, para conseguirmos executar orçamentariamente a previsão da ciclovias a gente depende da liberação dos editais, que são aqueles que eu comentei que foram judicializados, uma das concorrentes entrou com mandado de segurança, então todo nosso planejamento de começar as obras em Out/Nov 2021 acabou sendo frustrado, estamos na mão do judiciário e não sabemos quando a questão do mandado de segurança vai ser resolvida. A previsão dos corredores vamos dar início na licitação agora, não sei se a gente consegue ter execução este ano. De qualquer forma, como é um fundo, o que vem acontecendo é que o que não é executado por uma secretaria em um ano, entra em um superavit de execução deste ano e geralmente é redistribuído para as secretarias no ano que vem a “sobra de caixa de um exercício para o outro”. Vamos ver como serão as diretrizes, mas temos a cota de 30% do fundo para mobilidade, parte deste valor não executado acaba voltando para a SMT no ano que vem, e mesmo a gente tendo uma execução menor este ano, a tendência é que a execução que tínhamos previsto inicialmente para o ano que vem seja maior.

Maria Teresa – houve reunião do COMFROTA essa semana, se não me engano na terça-feira Carolina, eu não participei, pois estava em outra câmara temática, mas foram retomadas as atividades, estamos atuando na nossa meta de aumento de 20% da frota para eletrificação, esses trabalhos estão sendo acompanhados também pelo COMFROTA e é uma meta importante para nós. Podemos trazer alguma apresentação específica caso vocês queiram para continuarmos avançando nas informações.

Francisco Christovam - bom dia, só uma informação sobre o COMFROTA; a reunião está disponível em um endereço do You tube , eu vou colocar esse endereço no chat - *Reunião do COMFROTA*: <https://www.youtube.com/watch?v=K99xjHOGn34>. Toda reunião pode ser vista e as pessoas poderão ter uma ideia de como está andando esse assunto independente de depois ter uma apresentação do responsável pelo COMFROTA, que hoje é de responsabilidade da Secretaria Especial de Sustentabilidade (Pinheiro Pedro preside o conselho).

Maria Teresa – Secretaria do Clima, é a Secretaria Especial de Sustentabilidade (Pinheiro Pedro), ela teve uma reestruturação e nós ficamos alguns meses sem reunião, mas agora elas foram retomadas.

Rafael Drummond – bom dia, agradeço a apresentação, realmente são processos bem necessários, a Carol puxou essa questão do Plano de Metas e até mesmo fazendo a ponte com nossa revisão do plano Diretor, tentar encaminhar todos esses planos juntos. Minha pergunta é sobre o que saiu de informação no site Pindograma – site jornalístico de dados <https://pindograma.com.br/> sobre os investimentos do FUNDURB. Eles colocam que desde 2019 houve uma mudança na legislação que permitiu que os 30% do fundo destinados para Mobilidade pudessem ser aplicados no sistema viário de forma genérica; eles apontam que em 2020 foram colocados pelo menos 144 milhões em duas obras de pontes e que nós sabemos que não são prioridades para o transporte público. São as pontes Lapa/Pirituba e Gaivota/Grajaú. São fundos pesados que estão sendo “desviados” - concordo com a matéria -, para coisas que não estavam previstas no espírito da Lei quando foi criada. Essa lei é de 2019, deixamos passar essa discussão, mas já está criando efeitos de alimentar o sistema viário baseado no carro que a gente sabe que é extremamente nocivo e que não está reequilibrando o sistema de mobilidade da cidade, desvirtuando o que seria a ideia do Plano Diretor e do Plano de Metas. Eu queria entender o porquê de estar acontecendo? Como está sendo permitido tudo isso? Como a Secretaria permite que estes recursos sejam destinados para ações que não são prioritárias para a mobilidade e como a gente pode fazer pra reverter essa Lei? E puxo essa necessidade de fazermos um lobby junto à câmara, porque realmente não é possível que a gente permita que o sistema de transporte individual ainda prevaleça sobre o transporte público e a mobilidade ativa. Obrigado.

Maria Teresa – os recursos do FUNDURB são geridos por outro conselho, não pelo CMTT; o que cabe a nós aqui na SMT na SETRAM, é dizer que nós, de nossa parte não estamos utilizando os recursos do FUNDURB para nenhum fim que não seja das nossas prioridades. No nosso plano de metas não temos nenhuma meta que esteja voltada para o transporte individual que, como você disse, não é nossa prioridade; as nossas metas estão voltadas para mobilidade ativa, para os pedestres, bicicletas, estão voltadas para segurança viária e em especial aqueles que tem um risco mais alto que são os ciclistas, motociclistas, pedestres e o transporte público que é o que a gente deve incentivar e priorizar. Na divisão

modal da nossa cidade, ao criar as nossas próprias metas, observamos todos os critérios e também a solicitação de recursos. Os recursos do FUNDURB também são utilizados por outras secretarias, p.ex., a Secretaria das Subprefeituras; problema de calçadas, a SIURB, etc. Quando a gente fala de mobilidade não são recursos que são exclusivamente utilizados por nós aqui da SMT, esse debate precisaria ocorrer nesse âmbito ou a gente convidar com um pouco mais de antecedência a Talita e os representantes da própria SMUL. Podemos conduzir esse debate juntos, aqui com eles, em relação à priorização da utilização dos recursos do FUNDURB em relação à mobilidade. Não temos gerência aqui no CMTT; podemos debater o assunto, o mérito e discutir com vocês conselheiros, mas esse fundo não é gerido por nós do CMTT. Há esse descompasso, digamos assim, em relação a essa competência aqui.

André – Maria Tereza, posso dar só um esclarecimento?

- Rafael, eu creio que esse tema é muito relevante e ele pode ser apontado inclusive na revisão; esta Lei de 2019 alterou um artigo do PDE que eu acho que cabe agora nós analisarmos e vermos o benefício ou não dessa alteração e inclusive revê-la. É um tema que cabe para revisão, não é um tema conceitual a destinação de verbas do FUNDURB: tinha 30% que era só para infra estrutura de transportes e não motorizados, estava claro. Ao permitir o sistema viário ele fez uma alteração e creio que essa alteração pode e deve ser debatida na revisão e aí entra o papel da sociedade em demonstrar aos vereadores que aquela alteração talvez não tenha sido a mais conveniente.

Maria Teresa – obrigada André, falaremos sobre isso quando entrarmos na pauta do PDE. É um pouco mais complexa essa discussão do mérito do ponto de vista técnico. A gente continua esse debate daqui a pouco

Mauro Calliari – estamos vivendo um ciclo positivo vendo o detalhamento na apresentação e acho importante essas apresentações do Diego. Eu tenho uma dúvida e três sugestões. A dúvida não é para agora, mas uma curiosidade. Quando você for apresentar sobre a rede hídrica, o novo modal da cidade de São Paulo, se puder apresentar para gente entender qual é a demanda e de onde e para onde as pessoas estão se movimentando, ou como teriam o potencial de usar o transporte hídrico nas represas. A sugestão sobre o FUNDURB, de todos os projetos que se apresentou, o que tem mais potencial e mais avançou é o das *áreas calmas*. Essa previsão de queda de uso dos recursos do FUNDURB não poderíamos perder, a gente podia colocar as três áreas calmas (Lapa, Santana e São Miguel) como vitrine para esse tipo de ação. A segunda, em relação a segurança – eu sei que não estão nas metas, mas a fiscalização de motos em semáforo vermelho – eu sei que não se coloca meta no final do ano, mas eu acho que podia ter alguma ação e empenho, nesse assunto. A terceira, sobre material particulado – emissões -, eu gostaria que vocês avaliassem a volta da inspeção veicular em São Paulo. Sei que foi um tema polemico, mas pelo mérito era um ganho para cidade. Eu gostaria que isso fosse discutido por esse conselho e pela secretaria.

Diego – em relação ao aquático vamos consultar a SPTrans e ver a possibilidade de fazer uma apresentação, apresentar um mapa, locais de embarque, quantos passageiros, etc. Em relação aos recursos do FUNDURB e a eventual não execução integral este ano, inclusive em relação as áreas calmas que foram implantadas na gestão passada, nosso grande problema é não termos contrato e não a execução. No ano passado essas obras foram executadas em parceria com a secretaria de subprefeituras. Não chegamos a firmar

contratos de obras como pretendemos fazer agora, e é sempre a questão da contratação que precisa de detalhamento de projeto (que não temos como fazer, internamente não conseguimos detalhar projetos por isso contratamos para que possamos licitar). Vamos avaliar com a equipe se nestes dois meses temos um ou outro projeto que possa ser executado só com sinalização viária para gente não ficar com uma execução tão abaixo. Em relação aos motociclistas temos algumas ações no programa de metas, as ações de frente segura, moto frete e as ações de fiscalização estão mais detalhadas no plano de segurança viária, plano de ação 21-24 que estava em consulta pública até dia 18/10/21; lá temos ações propostas por GCM, pelo CPTRAN, alguns foram priorizados, temos ações do DSV e também novidades. Sobre a inspeção veicular não saberia falar.

Maria Teresa – complementando, um dos itens do plano de segurança viária é a construção de um plano de fiscalização - motos no semáforo -, o *frente segura* tem um efeito muito positivo, já implantamos 58 este ano de 2021 e continuamos implantando. A ação melhora tanto para o motociclista quanto para o pedestre, mas além disso precisa de outras ações de fiscalização que são complexas e envolvem diversos atores. Isso está sendo discutido no âmbito do comitê permanente. Sobre a inspeção veicular, creio que merecia uma discussão com envolvimento com SVMA e especialistas da SPTrans e o próprio COMFROTA, Precisamos estruturar um pouco mais esse debate e não daria pra discutir isso agora.

Mauro Calliari – poderia pautar a inspeção veicular na reunião da executiva e convidamos os atores necessários.

Maria Teresa - mais alguém gostaria de fazer alguma pergunta sobre programa de metas e FUNDURB? Dando prosseguimento, o nosso último ponto de pauta hoje é a revisão do Plano Diretor. Nós tentamos com a SMUL uma apresentação, mas para este mês não foi possível. Mesmo assim mantivemos o ponto de pauta, até pelo prazo de consulta pública que se encerra agora dia 30/10/21; gostaria de pedir para as pessoas que pediram a pauta colocarem aqui seus assuntos que julguem necessários, para que o CMTT discuta sobre isso.

Rafael Drummond – Eu solicitei essa pauta porque particularmente tenho visto as discussões do Plano Diretor em relação à liberação ou não de maiores construções em miolos de bairro que mudariam o equilíbrio que o Plano Diretor pretendia trazer; o adensamento para os eixos de transporte em função da mobilidade. O que eu não tenho visto são os reflexos que o Plano Diretor tem trazido nesse reequilíbrio. Eu já vi uma análise do Labcidade da USP sobre as novas construções que nem tudo tem sido feito nos eixos de transporte, não sei como a Secretaria tem avaliado isso, não tem sido tanto o aproveitamento dessa nova legislação, mas o que me preocupa tem sido a oferta de vagas nesses novos empreendimentos que não possuem vagas de automóveis, ou que possuem números menores e historicamente eram maiores, pois sabemos que a quantidade de espaço de vagas é imensa na cidade. Outro estudo da USP mostra que quase 50% do território paulistano é para vaga de carro, o que é construído na cidade são vagas de carro, o que é um absurdo, onde todos os esforços que fazemos será pouco para reverter esse quadro. A minha preocupação é tentar avançar no reequilíbrio da cidade.

Maria Teresa – alguém mais quer fazer um comentário sobre este assunto? André, você pode fazer um resgate de como está sendo conduzido e organizado esse assunto?

André – semana que vem terá reunião de CMPU e será pactuado um novo prazo de discussão, por isso não nos manifestamos agora; é a pauta da CMPU e provavelmente haverá um ajuste desse calendário. Os novos conselheiros vão tomar posse. Com relação as preocupações do Rafael, nós temos examinado. É normal que alguns setores tentem demonstrar as suas prioridades e nós faremos as análises; enquanto corpo técnico, nós não entendemos que a relação entre eixo e miolo deva ser alterada, eu não tenho que dar o mesmo tratamento aos miolos que eu dou ao eixo se não eu perco a oportunidade de tentar influenciar algum adensamento construtivo populacional nas áreas dos eixos. Com relação às vagas, o que você olha na cidade hoje é muito reflexo do que foi a cidade construída nos últimos 50 anos desde a legislação na década de 70. A área não computável era para estacionamento de veículos, o que você tinha de área construída você podia fazer uma vez para garagem, cumpriu seu papel, teve sua história, tem sua justificativa. Muito do que você vê no estoque construído na cidade tem reflexo daí. A legislação alterada pelo Plano Diretor de 2014 já demonstrou seu reflexo. Em 2018 60% das unidades residenciais lançadas foram sem vagas de estacionamento, é significativo isso. O Plano Diretor reforçou e nós não estamos mudando isso (pelo menos o COTEG), isso está em discussão, nós não estamos na fase propositiva, não há intenção de alterar o dispositivo que diz que é uma vaga por unidade habitacional e acima disso ela passa a ser computável. As ideias que nortearam o Plano Diretor continuam sendo válidas e estão sendo dispostas, elas ainda vão demorar um tempo para mudar essa distribuição de áreas construídas da cidade, pois só a partir de 2018/2019 é que a gente esta vendo o reflexo dessa nova legislação. Tudo que vimos construído até 2018 é reflexo da passada. Porque o que você vê construído em 2018 foi aprovado em 2013 por exemplo. Algo que você aprovou em 2019 dado os tramites e construção será efetivamente materializado na construção de 2024, aí vamos começar a ver a cara do Plano Diretor. Até umas verticalizações excessivas ainda não são reflexo deste Plano, é estoque da legislação anterior. Temos que tomar um cuidado na análise, estamos começando agora a ter o reflexo do Plano Diretor. Espero ter esclarecido. Temos monitorado e feito os relatórios e o que a gente identifica é que sim, em termos de eixo e miolo, apesar das demandas do mercado a maior parte (proporcionalmente) das construções se concentrou no eixo porque você tem uma área de miolo muito maior do que uma área de terreno de eixo e elas estão praticamente equilibradas o que você constrói no miolo e no eixo.

Rafael Drummond - agradeço a explicação. Realmente ter mais dados seria interessante, uma discussão mais baseada nisso; compreendo muito bem o que o André passou para gente. Um resgate do que eu falei, não sei se a Secretaria tem discussão sobre isso e se a gente conseguiria avançar em outros pontos, é só uma provocação.

Maria Teresa – complementando que o Andre está falando, no relatório também vai constar como se fosse um balanço, mapas do que foi, o que estava no mapa do Plano Diretor de 2014 (do ponto de vista do poder público) o que nós conseguimos fazer e estava previsto e o que foi feito em relação transporte público, corredores, faixas exclusivas; todas ações da mobilidade, CET e SPTrans. Esse material deve estar sendo compilado para apresentação.

André – as informações que as Secretarias enviaram estão sendo compiladas.

Maria Teresa – eu coloquei no chat as informações do COMFROTA. Encerramos a reunião dado o cumprimento da ata.

Rafael Drummond – falando de uma proposta de Lei sobre a proibição de instalação de construção de estações de bicicletas compartilhadas em frente de edifícios residenciais e comerciais. Quero saber como conseguimos influir nisso e como a secretaria está se posicionando? Porque esta sendo proposto isso na Câmara e qual é a demanda?

Maria Teresa – é uma iniciativa de uma vereadora que qualquer instalação de estação de bicicleta compartilhada passe por uma análise. A gente entende que isso já é feito. Toda vez que uma empresa credenciada no CEMUV vai instalar, tem que fazer um plano de aplicação, ela mostra onde vai instalar e esse material é analisado pela CET; já fazemos essa análise técnica, e depois é necessário um TPU nas subprefeituras. Entendemos que esse trabalho já é realizado. Foi suspensa a audiência; nos íamos participar e eu não tenho informações de como será conduzido pela vereadora, foi uma iniciativa dela. Obrigada a todos.

Pauta:

1. Aprovação da Ata da 56ª Reunião Ordinária (anexa);
2. Programa de Metas - balanço das ações SMT;
3. Revisão do PDE - tema mobilidade;
4. FUNDURB (Fundo de Desenvolvimento Urbano) - recursos destinados à mobilidade.

CHAT:

[09:00] Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos

Carlos Vasconcellos – SVMA

[09:01] eliojbc (Convidado)

Bom dia!

[09:02] Andrea Compri - SPTrans (Convidado)

Presente!

[09:03] Luciana Delbem (CET) (Convidado)

Bom dia!

[09:08] Carlos Alberto (Convidado)

Bom dia. Carlos Alberto - SPUrbanuss

[09:10] Leonardo Barbosa Oliveira

Leonardo - SGM

[09:10] Adauto Bentivegna Filho (Convidado)

Adauto Bentivagna Filho - SETCESP

[09:10] Adauto Bentiveгна Filho (Convidado)

Bom dia!

[09:11] Ana Jarrouge (Convidado)

Bom dia, Ana Carolina Jarrouge do SETCESP

[09:11] Bruno Massayuki Nakano

Bruno Massayuki Nakano - SF

[09:11] Christina Borges SPTrans (Convidado)

Christina Borges SPTrans- Diretoria de Planejamento

[09:11] Fábio de Castro Pacini (Convidado)

Bom dia, Fabio Pacini - CET/SET

[09:11] Leonardo Barbosa Oliveira

Leonardo Barbosa Oliveira- SGM

[09:11] Manoel Santos (Convidado)

Manoel - SPTrans

[09:11] Sandra (Convidado)

Sandra Ramalhoso

[09:12] Carolina G (Convidado)

Bom dia!

[09:13] Carolina G (Convidado)

Maria Teresa tb comprei essa máscara especial do Outubro rosa.

[09:13] Irineu Gnecco Filho

Bom Dia para Todas e Todos!!!

[09:17] Andre p. (Convidado)

André Luís Gonçalves Pina SMUL/PLANURB

[09:45] Maria Teresa Diniz

sobre a próxima audiência pública da expansão da malha cicloviária:

[09:45] Maria Teresa Diniz

<http://www.cetsp.com.br/consultas/bicicleta/audiencia-publica-sobre-expansao-da-malha-ciclovitaria.aspx>

[09:45] Maria Teresa Diniz

será dia 27/10, às 19h (online)

[10:04] Christina Borges SPTrans (Convidado)

Parabéns. Muita elucidativa a apresentação! Precisamos divulgar. Obrigada

[10:12] Carolina G (Convidado)

Diego, eu conheço bem o monitoramento, e estamos solicitando o tema do planejasaampa há tempos. Mas o CMTT pode mostrar comparações entre atividades e nos mostrar o que está avançando, se não precisamos de uma narrativa. Obg por acatar as recomendações.

[10:15] Maria Teresa Diniz

não há problema em comparar avanços, já estamos fazendo assim com as apresentações nas câmaras temáticas.

[10:16] Usuário Desconhecido Vanessa (Convidado) entrou temporariamente no bate-papo.

[10:17] Carolina G (Convidado)

Maria Teresa, ótimo, se puder fazer uma apresentação resumo de tudo, seria ótimo, assim sabemos como avançamos as metas de mobilidade como um todo.

[10:17] Carolina G (Convidado)

Obg Francisco e obg Maria Teresa pela atualização no comfrota.

[10:19] Francisco Christovam (Convidado)

Reunião do COMFROTA: <https://www.youtube.com/watch?v=K99xjHOGn34>

[10:29] Ana Jarrouge (Convidado) Bom dia pessoal, tenho compromisso externo e precisarei sair, mas meu suplente Fernando Zingler irá acompanhar, muito obrigada att

[10:33] Carolina G (Convidado)

Não levantei!

[10:38] Paulo Reis Cons Oeste (Convidado)

Bom dia.. Paulo Reis Conselheiro Sociedade Civil Região Oeste

[10:39] Paulo Reis Cons Oeste (Convidado)

Para fins de registro, deixo minha pergunta.

[10:39] Paulo Reis Cons Oeste (Convidado)

As convocações serão enviadas 24 horas das reuniões?

porque recebi ontem a convocação desta reunião.. e vi somente agora no email devido agenda

10:43] Maria Teresa Diniz

oi, Paulo. Pedimos desculpas pelo envio tardio do link, mas o calendário das reuniões de 2021 já está aprovado desde o início do ano. Para que possa se programar, peça verificar aqui:

[10:43] Maria Teresa Diniz

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/mobilidade/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_1/index.php?p=234124

Calendário de Reuniões | Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito | Prefeitura da Cidade de São Paulo

Calendário de Reuniões Ordinárias do CMTT e das Câmaras Temáticas 2021

www.prefeitura.sp.gov.br

[10:44] Maria Teresa Diniz

a respeito do Comfrota, as informações devem ser procuradas no site da SECLIMA:

[10:44] Maria Teresa Diniz

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/comfrotasp/#

[10:48] Irineu Gnecco Filho

Em virtude de outra agenda agora às 11:00, peço desculpas mas terei que sair desta sala de reunião.

Agradeço a ótima apresentação do Diego.

Ótimo dia e final de semana para todas e todos

[10:49] Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos

Abraços e bom dia a todos !

[10:49] Luciana Delbem (CET) (Convidado)

Obrigada!

[10:50] Cristina Soja -CET (Convidado)

Bom dia

[10:50] João Bonetti SMT (Convidado)

Muito obrigado.

[10:50] Cristina Soja -CET (Convidado)

Obrigada.

[10:50] Cristina Soja -CET (Convidado)

Obrigada.